

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**O TRABALHO DOS CATADORES DE PAPEL/PAPELÃO NA
CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Ricardo Bozza

Presidente Prudente/SP

2002

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**O TRABALHO DOS CATADORES DE PAPEL/PAPELÃO NA
CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Ricardo Bozza

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Wilson de Luces Fortes Machado.

Presidente Prudente/SP
2002

*dedico
à minha
mãe, uma
verdadeira
guerreira.*

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, sem a qual nada disso seria possível, e que me deu todo o apoio durante esta difícil jornada.

A todos os meus parentes, sem exceções, mas com um carinho especial a Tia Maria e ao Tio Abílio, por serem pessoas com uma generosidade tão rara.

Aos meus amigos de graduação: Luciano (Anhumas), Sidnei (Siteba), Paulo (Paulino), Zé Carlos (Turco), Adair (Dada), Cleyton (!@#\$%&), Augusto (Japonês), Marcos (Elvis), Silvana (Sil), Regiane (Regi), Fernando (Molusco), com quem dividi momentos incríveis; e a todos os outros com os quais tive o prazer de passar cinco longos anos.

A todos os professores, em especial aos professores Caetano (grande figura), Everaldo Conceição, Álvaro, Douglas, Raul e ao grande Wilson, que fez com que eu prosseguisse a jornada.

Aos meus grandes amigos, Daiane (pela compreensão e o carinho) Júlio (pelas boas conversas em mesas de bares), Sandro, Kllewerson, Júnior e ao meu “irmão” Marcelino, que contribuiu sobremaneira com esta pesquisa e que sempre tem um tempo para uma boa conversa.

Ao meu orientador Wilson de Lucas, que sempre se mostrou extremamente disposto e interessado, me motivando a prosseguir em frente quando eu achava que não podia mais.

RESUMO

Neste trabalho contribuimos para a uma série de discussões que vêm sendo levantada na cidade de Presidente Prudente com relação à categoria de trabalhadores informais, especificamente neste caso tendo como objeto de estudo os trabalhadores “catadores de papel/papelão”. No texto procuramos discutir as transformações sociais e históricas relativas à compreensão do trabalho, com o objetivo de entender como a concepção e o entendimento desta questão vêm sendo tratados. Apresentamos dados coletados e as discussões atuais das condições em que se encontram os trabalhadores catadores de papel/papelão, procurando traçar o seu perfil social e econômico, ressaltando as relações existentes entre estes e os demais atores que participam do circuito econômico da reciclagem.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Informalidade, Precarização.

SUMÁRIO

1 -INTRODUÇÃO.....	09
2 - CAPÍTULO 01 - O TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA MARXISTA.....	10
3 – CAPÍTULO 02 - OS DEPÓSITOS X OS CATADORES DE PAPEL/PAPELÃO.....	21
2.1 – Os depósitos de papel/papelão	21
2.2 - Os trabalhadores catadores de papel/papelão em Presidente Prudente.....	36
4 – CONCLUSÃO.....	45
5 – ANEXO.....	47

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

MAPA

Mapa dos depósitos que compram os papel/papelão coletado.....	25
---	----

TABELAS

TABELA 1 – Valores pagos pelos compradores de papel/papelão.....	26
TABELA 2 – Outras fontes para compra do papel/papelão pelos depósitos além dos catadores.....	29
TABELA 3 – Origem e a quantidade do papel/papelão comprado.....	30
TABELA 4 – Destino do papel/papelão coletado e valor pago por Kg.....	31
TABELA 5 – Número de pessoas que trabalham no depósito.....	33
TABELA 6 – Número de catadores que trabalham na coleta na rua e entregam nos depósitos.....	35
TABELA 7 – Ganhos mensais dos trabalhadores catadores de papel papelão em Presidente Prudente.....	38
TABELA 8 – Grau de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.....	42
TABELA 9 – Faixa etária dos trabalhadores entrevistados.....	43
TABELA 10 – Número de membros na família.....	44

FOTOS

FOTO 1 - Depósito de Papelão situado à Av. Manoel Goulart – Centro, Presidente Prudente.....	27
FOTO 2 - Depósito de Papelão situado à Rua Barão do Rio Branco – Centro, Presidente Prudente.....	27
FOTO 3 - Trabalhador empurrando o carrinho no Centro, Presidente Prudente.....	36
FOTO 4 – Catador recolhendo papelão no Centro, Presidente Prudente	39

1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa se pretendeu prestar uma contribuição a uma série de discussões que vêm sendo levantada na cidade de Presidente Prudente com relação à categoria de trabalhadores informais, especificamente, neste caso, utilizando como objeto de estudo os trabalhadores “catadores de papel/papelão”.

Na primeira parte do texto procurou-se discutir, pontuar, as transformações sociais e históricas relativas à compreensão do trabalho, com o objetivo de entender como a concepção e o entendimento desta questão vem sendo tratada.

Na segunda parte foram apresentados os dados coletados e as discussões atuais das condições em que se encontram os trabalhadores catadores de papel/papelão, procurando traçar o seu perfil social e econômico, ressaltando as relações existentes entre estes e os demais atores que participam do circuito econômico da reciclagem. Para a realização da discussão sobre essa temática usou-se, como base, os dados e informações de pesquisa, ainda em andamento, realizada por pesquisadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp de Presidente Prudente¹, e, a partir dos dados coletados, do referencial teórico utilizado, as principais dificuldades encontradas por esse grupo na realização de seu trabalho e como se dá a exploração do trabalho do catador no processo de reciclagem do papel/papelão.

2 O TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA MARXISTA

A atual forma de organização da sociedade para produção, sob a hegemonia do capital, baseada na fabricação de mercadorias, tem no processo de exploração da força de trabalho o seu principal ponto de sustentação, de manutenção e de criação das suas contradições.

¹ O projeto de pesquisa “Educação Ambiental, tratamento integrado de resíduos sólidos e organização dos trabalhadores do lixo em Presidente Prudente”, vem sendo desenvolvido por pesquisadores da Unesp, com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). O projeto é coordenado pelo Prof.Dr. Antonio César Leal, contando ainda com a participação de outros pesquisadores.

Dessa forma, a exploração do trabalho torna-se o ponto central para a reprodução ampliada do capital, e também o ponto principal de produção/reprodução das condições sociais e econômicas dessa mesma sociedade. No entanto, essa forma de organização da produção não permite uma distribuição da riqueza produzida no processo de trabalho; pelo contrário, firma-se no acirramento das desigualdades sociais, tanto no âmbito econômico como político, que se tornam elementos de dominação e de coerção de uma classe social sobre outra e, portanto, do capital sobre o trabalho.

Essa coerção se estabelece na medida em que o trabalho deixa de ser uma expressão da vida, um elemento intrínseco a todos os seres humanos na sua relação com a natureza, para tornar-se o principal elemento criador de valor de troca em uma determinada forma de organização social para a produção. Essa idéia de trabalho aqui exposta é encontrada em Karl Marx (1988, p.50). Segundo ele:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Assim, esse potencial humano de transformação, o trabalho, passa, no sistema capitalista, a figurar como uma força produtora de mercadorias, presente nos corpos humano; uma força que acaba por se tornar também uma mercadoria a ser consumida na realização do processo de produção, ou seja, a mercadoria força de trabalho.

Essa mercadoria força de trabalho deverá então ser consumida em um mercado. No entanto, como essa é diferente de outras mercadorias, até porque não pode ser produzida da mesma forma que as outras, é necessário ter uma série de elementos que forcem essa mercadoria a procurar desesperadamente o seu consumidor. É na base da exploração dessa força de trabalho, como mercadoria, que se desenha uma ampla cadeia de relações sociais e econômicas que obrigam uma parte dessa mesma sociedade a vender-se enquanto força de trabalho. A principal delas é que, para esse grupo social, não há outra possibilidade de resolver as suas necessidades mais básicas de consumo que

não seja através da venda de si mesmo enquanto mercadoria, posto que não possui as condições materiais para a realização ou produção daquilo que necessita para viver; o que o obriga a vender-se como mercadoria para receber um salário, que trocará por outras mercadorias.

Dessa forma, o trabalhador, ao comercializar a sua potencialidade produtiva, passa a ser de grande importância e a única forma de garantir a existência da classe trabalhadora no capitalismo. Neste grupo, há também ganhos diferenciados para mercadorias diferenciadas, não havendo uma homogeneidade nos salários pagos: uns recebem mais e outros menos de acordo com a demanda do mercado pela mercadoria.

É óbvio que o recebimento do salário, em quantias diferenciadas, gera também uma diferenciação no poder de consumo, e, conseqüentemente, nas condições materiais e de existência dos trabalhadores, que apesar de possuírem necessidades básicas idênticas, nem sempre as satisfazem; o que leva alguns a viverem no limite de sua reprodução enquanto força de trabalho, por vezes nem isso.

No entanto, o trabalho sob o capital tem sido colocado como a “tábua de salvação” dos trabalhadores. O discurso dominante introjeta, naqueles que tem que se vender enquanto mercadoria, que não há outra forma de viver senão pelo trabalho; um trabalho ideológico tão bem feito que mesmo as condições empíricas adversas em que vive a maior parte desses trabalhadores não os coloca, na maioria das vezes, em condições de perceberem a contradição entre a produção da riqueza e a miséria crescente.

O que foi colocado acima, com a citação retirada do texto de Marx, é o que será discutido agora, de maneira a pontuar como as transformações na sociedade, na sua forma de organizar-se para produzir as coisas e o seu próprio modo de viver, vêm ganhando novas conotações e vários sentidos desde o primeiro agrupamento humano, das primeiras formas de organização das atividades produtivas até a atualidade, na qual o trabalho tornou-se o principal criador de valor para o mercado organizado e controlado pelo capital.

Assim, as atividades desenvolvidas por aqueles grupos primitivos que se organizavam para conseguir alimentos, ou mesmo a construção de uma estrutura

rudimentar para utilizar como habitação, nada tem a ver com as atuais formas de organização para a produção de alimentos ou mesmo de moradias. Os princípios que norteavam as antigas formas de organização não são os mesmos da atualidade.

Se, nos primeiros grupos humanos, a divisão do trabalho se dava pela força e capacidade de adaptação às condições naturais e tinha como finalidade a busca de alimentos e a proteção do grupo, atualmente se tem um trabalho que serve, antes de tudo, para a reprodução do capital e não para a produção que satisfaça as necessidades humanas. Segundo o Grupo Krisis, (1999, p.27-28):

Nas antigas sociedades agrárias existiam as mais diversas formas de domínio e de relação de dependência pessoal, mas nenhuma ditadura do *abstractum* trabalho. As atividades na transformação da natureza e na relação social não eram, de forma alguma, autodeterminadas, mas também não eram subordinadas a um “gasto de força de trabalho” abstrato: ao contrário, integradas num conjunto de complexo mecanismo de normas prescritivas religiosas, tradições sociais e culturais com compromissos mútuos. Cada atividade tinha seu tempo particular, não existia uma forma de atividades abstrata e geral. Somente o moderno sistema produtor de mercadorias criou, com seu fim em si mesmo a transformação permanente da energia humana em dinheiro, uma esfera particular, dissociada de todas as outras relações abstraídas de qualquer conteúdo, a esfera do assim chamado trabalho – uma esfera de atividade dependente incondicional, desconectada e robótica, separada do restante contexto social e obedecendo a uma abstrata racionalidade funcional de “economia empresarial”, para além das necessidades.

Essa citação do Grupo Krisis (1999), reforça a idéia, também de outros autores consultados para a elaboração desse trabalho, da principal diferença entre o que se entende como trabalho atualmente e o que já foi entendido como trabalho em outros momentos da história do homem.

E conforme na citação anterior, a capacidade de mudar, de transformar, as coisas ao seu redor é uma força que está presente no homem, nos grupos humanos, independentemente da forma como ele esteja organizado.

No entanto, na atualidade, esse potencial encontra-se desconectado das demais atividades desenvolvidas por esses homens, se diferenciando dos outros momentos ou atividades de suas vidas. Ou seja, o trabalho, apesar de ser o meio para conseguir sobreviver, porque garante o salário que, por sua vez, garante a

compra de outras mercadorias, não é, de acordo com Marx, uma expressão da vida.

As idéias apresentadas também mostram que cada atividade tinha o seu tempo para ser desenvolvida e que, no conjunto, elas completavam a forma de organizar e de trabalhar dos grupos humanos. Conclui-se, então, que não havia separação do realizar trabalho e fazer outras coisas. O trabalho não se encontrava em oposições às outras atividades realizadas, completavam um mesmo processo de vida pelo qual estava expresso a forma de viver.

O trabalho não era, então, outra coisa senão a atividade realizada durante todo dia, pautado em fundamentos religiosos, culturais, etc; não havendo a diferença que se faz hoje entre trabalhar e não trabalhar.

Na sociedade capitalista, o trabalho é uma coisa à parte da vida, uma coisa que se tem que fazer para garantir a sobrevivência, mas não no sentido que se tinha anteriormente.

Construir a casa, plantar, trabalhar a terra, pescar nos momentos primeiros da história, eram realizações da força humana. Na atualidade, o trabalho toma a conotação de transformação realizada para um certo fim, que, na maior parte das vezes, não é a satisfação imediata da necessidade da pessoa que trabalha.

O trabalho é realizado como maneira de conseguir meios, dinheiro, para conseguir outras mercadorias. De acordo com Marx (1987):

A força de trabalho é na atual sociedade capitalista onde vivemos, uma mercadoria como qualquer outra, mas, no entanto uma mercadoria muito especial. Com efeito, ela tem a propriedade particular de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor, e, principalmente quando é bem utilizada, uma fonte de um valor maior do que ela própria possui. No estado atual da produção, a força humana de trabalho não somente produz num dia um valor maior do que ela contém e que ela própria custa, como ainda, com cada nova descoberta científica, com cada inovação técnica, esse excedente da sua produção aumenta ainda mais em relação ao seu custo diário. Conseqüentemente, diminui a parte do dia do qual o operário retira o equivalente do salário quotidiano, enquanto aumenta a parte do dia de trabalho em que ele é obrigado a oferecer o seu trabalho ao capitalista sem que este lhe pague mais por isso.

O que se vê na atual forma de organização para a produção é então uma subordinação do trabalho ao capital e conseqüentemente, como se pode concluir a partir das idéias de Marx aqui expostas, a subordinação dos trabalhadores ao capital e à classe que o domina. Assim, aqueles que detêm os meios para produzir utilizam-se daqueles que não tem como conseguir sobreviver sem a venda da sua força de trabalho para aumentar ainda mais o seu poder, ou seu capital.

Mas como se está discutindo, nem sempre foi assim. Em outros momentos, houve formas diferentes de aproveitamento do trabalho, mas com a complexificação das relações sociais e também das técnicas e das tecnologias utilizadas na produção, tivemos, e continuamos a ter, grandes transformações no processo de trabalho.

Em seu trabalho “A origem da família da propriedade privada e do Estado”, F.Engels (1960, p.32) elabora a divisão dessas transformações sociais para a produção em três fases, que ele denomina, com base em Lewis H. Morgan, um historiador de sociedades antigas, da seguinte maneira:

Estado Selvagem – período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinada a facilitar essa apropriação. Barbárie – período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. Civilização – período em que o homem continua aprendendo a elaborar produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte.

E é, nesse último período, o da civilização, em que se desenvolve, então, todas as amarras sociais que reforçam e dominam a capacidade de produção humana, fazendo com que sua única finalidade seja a de reproduzir o capital. Resumindo a capacidade humana de produzir em produzir mercadorias através do processo de trabalho.

Apesar da importância que o trabalho assume na vida das pessoas na atualidade, apesar de trabalhar ser considerado um ato importante para a sociedade, isso nem sempre foi assim entre os grupos humanos; sendo encarado, muitas vezes como atividade depreciativa.

Na introdução do livro “O direito a Preguiça” de Lafargue (1999, p.11), Marilena Chauí discute o desprezo que a sociedade do capital tem pela preguiça, pelo ócio, que na sociedade atual é o contrário do negócio, fazendo a seguinte observação:

Não é curioso, porém, que o desprezo pela preguiça e a extrema valorização do trabalho possam existir numa sociedade que desconhece a maldição que recai sobre o trabalho, visto que trabalhar é castigo divino e não virtude do livre-arbítrio humano? Aliás, a idéia do trabalho como desonra e degradação não é exclusiva da tradição judaico-cristã. Essa idéia aparece em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja a punição será a necessidade de trabalhar para viver.

A autora continua a comentar ainda que, em outras sociedades, como a grega e a romana, o trabalho não era considerado um ato louvável. Ao contrário, era uma penalidade a ser cumprida, já que o ócio e a liberdade de escolha das atividades eram, para estas sociedades, um fator muito importante para a criação.

O fato é que, para os estratos sociais superiores dessas sociedades, não era possível criar coisas importantes se estivessem atarefados com realizações que implicassem em trabalho braçal, que ocupa a força física, sendo desprezível para aqueles que utilizam o intelecto como meio para criação.

Assim, Chauí (1999, p11), descreve o trabalho, como um ato de desonra e de degradação nas sociedades antigas:

Ela também aparece nas sociedades escravistas antigas, como a grega e a romana, cujos os poetas e filósofos não se cansam de proclamar o ócio um valor indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício da nobre atividade da política, para o cultivo do espírito (pelas letras, artes e ciências) e para o cuidado com o vigor e a beleza do corpo (pela ginástica, dança e arte militar), vendo o trabalho como pena que cabe aos escravos e desonra que cai sobre homens livres pobres. São esses últimos que na sociedade romana, eram chamados de *humiliores*, os humildes ou inferiores, em contraposição aos *honestiores*, os homens bons porque livres, senhores da terra, da guerra e da política.

Na continuação do texto, a autora lembra ainda que a palavra latina que da origem ao nosso vocábulo “trabalho” é *tripalium*, instrumento de tortura para

empalar escravos rebeldes e derivada de *palus*, estaca, poste em que era aplicado o suplício aos que eram condenados à empalação².

Como se sabe, na sociedade atual o que predomina é a idéia contrária a essa: o trabalho é visto como forma de ganhar a vida, portanto, trabalhar é uma atividade honrada e que deve fazer parte da formação do caráter dos homens na sociedade capitalista.

O trabalho, assim, se torna meio para garantir a vida, um elemento indispensável para todos, segundo essa mesma lógica. No entanto, as contradições dessa mesma ordem não são colocadas às claras, não se explica por exemplo a miséria de grande parte daqueles que têm que trabalhar para ganhar a vida.

Os trabalhadores, que produzem a riqueza e as mercadorias em geral, muitas vezes, não têm acesso a elas. Ou seja, aqueles que produzem não tem acesso ao que foi produzido.

Além disso as transformações tecnológicas atuais têm colocado cada vez mais a classe trabalhadora em uma condição difícil, pois, agora se consegue produzir mais sem a utilização de um grande número de trabalhadores o que empurra grande parte deles cada vez mais para a miséria.

Assim, a tecnologia não livra a sociedade do trabalho, mas transfere os problemas gerados nesse processo para a própria classe trabalhadora. Aqueles que ficam desempregados têm que buscar outras formas de sobreviver obedecendo à lógica do trabalho, ou mendigar por ajuda.

Na sociedade capitalista, dessa forma, aqueles que não encontram trabalho são colocados à margem, são considerados inúteis, tendo que buscar outras formas de continuar sobrevivendo. Desta maneira, quando excluídos do mercado de trabalho, os trabalhadores têm que apelar a outras formas de ocupação. Daí o grande número de trabalhadores “precarizados”, que buscam maneiras de sobreviver em atividades como a de camelôs, engraxates e catadores de materiais recicláveis, sendo que estes últimos analisaremos mais de

² Empalação: (empalar + ação) suplício empregado na Antiguidade, que consistia em espetar o condenado pelo ânus em haste de pau ou ferro pontiagudo, e assim deixá-lo exposto até a morte

perto, em Presidente Prudente, que vemos aos montes pelos grandes centros urbanos.

A mesma sociedade que apresenta a inovação tecnológica como uma nova forma de trabalho, que demonstra as maravilhas das novas técnicas de produção, gera, por outro lado, uma grande quantidade de excluídos.

As modificações no mercado de trabalho não se resumem a mudanças estruturais. Elas vão além do próprio espaço de produção, chegando às esferas políticas e econômicas dos Estados que, ao serem redimensionados, com maior ou menor presteza, estarão contribuindo para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para a produção.

A flexibilização do processo produtivo se configurará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo, assim, uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto com os encargos trabalhistas.

Os elementos característicos desse atual processo, a flexibilização das relações de trabalho, a implantação em vários países de políticas de cunho neoliberal, que junto à “financeirização” da economia, dita mundializada, enfatizam e dão importância à esfera especulativa do capital em relação à produção. Tudo isso implica em novos elementos determinantes e conseqüentes do atual modelo de acumulação capitalista, na redefinição das relações de produção e, portanto, em uma reconfiguração do mundo do trabalho, tendo como maiores conseqüências: a diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, a desqualificação, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado. Como afirma Antunes (1999, p.209):

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de

serviços etc, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho.

É nesse processo de “complexificação” com aparecimento de novas formas de trabalho precário, que se expande em várias cidades brasileiras as atividades ligadas à economia informal, que passam a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores que se encontram excluídos, pelos mais diversos motivos, do mercado formal de trabalho, como ocorre com os trabalhadores catadores de papel/papelão.

A expansão e a heterogeneização do trabalho na esfera da economia informal têm uma raiz direta com o processo atual de crescimento da exclusão do mercado formal de trabalho, que, por sua vez, tem um amplo rol de determinações que, diferentemente combinadas, desenha e caracteriza variadamente o fenômeno do catador nos diferentes lugares onde este se encontra presente.

É nesse contexto que a política de liberalização econômica adotada pelo governo brasileiro a partir dos anos 90 tem afetado o mercado de trabalho e as especificidades socioeconômicas regionais. Isso tem contribuído para o surgimento e a diversificação da informalidade na economia das áreas urbanas, que passam a ser os meios pelos quais os excluídos do mercado de trabalho formal procuram assegurar sua sobrevivência.

Portanto, é nesta busca pelas condições mínimas de vida que se avolumam as atividades que ocupam um grande número de trabalhadores e que estão ligadas à economia informal; sendo, os coletores de material reciclável os que assumem hoje significativas dimensões.

O que se pode perceber é que o acirramento das atuais condições sociais e econômicas no Brasil, exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas condições de vida da classe trabalhadora, deixando como única saída, para parte crescente dos trabalhadores, a busca de uma atividade por conta própria. Ao ingressarem na informalidade, geralmente atividades realizadas fora da regulação estatal, os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas, como: aposentadoria, seguro-

desemprego, etc., reservados aos trabalhadores legalizados e que contribuem com o pagamento de impostos e tributos.

Para os trabalhadores catadores, que geralmente trabalham por conta própria, a informalidade não se restringe, muitas vezes, à condição de trabalho. Ela é também um fator importante no movimento de compra e venda das mercadorias, como se pode verificar na venda do papel em Presidente Prudente.

No entanto, mesmo fugindo às regras tributárias, fica claro que estas atividades não se desvinculam do movimento geral de reprodução do capital. Pelo contrário, colaboram de forma espantosa, pois fazem com que as mercadorias sejam comercializadas em grandes quantidades, não pela unidade, mas pelo conjunto dos catadores, sem nenhum prejuízo ou custo adicional para os envolvidos, que não têm nenhuma obrigação ou gastos com a força de trabalho empregada na coleta.

Dessa forma, é no âmbito destas transformações na organização para a produção e que tem repercussão direta no trabalho, que se coloca em discussão um pequeno grupo de trabalhadores de Presidente Prudente, ligado ao processo de reciclagem de papel/papelão: os trabalhadores catadores de papel.

Essas mudanças que se discutem aqui têm, logicamente, influência direta na vida desse grupo de trabalhadores, na forma como eles estão inseridos na sociedade, ou seja, na sua forma de viver e trabalhar.

É óbvio que se trata de um grupo com várias especificidades, como se constata no trabalho de campo. O nível de exclusão é imenso, as condições de realização do trabalho são extremamente precárias, e isso tem implicações diretas nas condições de vida desses trabalhadores.

Serão apresentados, na seqüência, os dados que foram levantados em pesquisa de campo, procurando demonstrar as condições em que se encontram esses trabalhadores, seus ganhos, sua forma de trabalho e sua formação para o trabalho.

Assim, é descrita, de forma sumária, as condições atuais de vida desse complexo grupo de trabalhadores envolvidos em um circuito econômico bastante rentável, que é o da reciclagem em Presidente Prudente.

3. OS DEPÓSITOS X OS CATADORES DE PAPEL/PAPELÃO

2.1. Os depósitos de papel/papelão e os trabalhadores catadores

O contexto social que envolve os trabalhadores catadores de papel/papelão em Presidente Prudente está alicerçado nas relações econômicas que envolvem a reciclagem desse mesmo material, que, por sua vez, não foge a regra de qualquer outro circuito mercadológico: a reprodução do capital, a obtenção de lucros.

Assim, os trabalhadores catadores se vêem envoltos em uma rede de relações que englobam não só a eles mesmos, mas também, aos donos de depósitos (que compram deles estes produtos) os aparistas e a indústria da reciclagem.

O principal trabalho dos catadores é recuperar o material descartado como lixo e fazer com que retorne ao circuito da reciclagem. E, ao ser incorporado nesse circuito, retome a sua forma de mercadoria novamente. De acordo com Gonçalves, 2000, p.203:

E não é por benevolência que esse produto, papel/papelão que se torna lixo, recebe todas as atenções da indústria da reciclagem, pois além de conservar quase que integralmente a sua propriedade enquanto produto papel, se coletado corretamente, sem a presença de outros produtos, carrega em si intrinsecamente o valor atribuído pelo trabalho utilizado em sua produção e que nele continua incorporada, o que possibilita dentro da somatória de fatores favoráveis a ação da indústria da reciclagem, que recuperará o seu valor de uso, tendo como objetivo final a sua recuperação enquanto mercadoria.

Desta forma, concordamos com o autor sobre o fato de que a recuperação do papel/papelão é, antes de tudo, a recuperação do trabalho nele contido e que fora socialmente organizado para produzir tal mercadoria. Tendo hoje como principal agente para a sua recuperação e existência o trabalhador catador de papel/papelão, que anda pelas ruas.

Contraditoriamente, esse trabalhador é o que menos obtém ganhos em todo esse processo, apesar de ser o principal agente para a entrada desse material no circuito econômico. Demonstrando, mais uma vez, a injustiça que se manifesta também em outras áreas de trabalho, que é a de aumentar os lucros, ou

obter ganhos maiores, explorando uma força de trabalho que já se encontra em uma situação muito difícil.

Ainda de acordo com essa idéia de recuperação do trabalho incorporado e recuperado na reciclagem, se nota que o lucro dessas empresas de reciclagem tendem a crescer, pois, à medida que se aproveita de um trabalho socialmente organizado, presente nesses materiais. Com isso, o que era em um determinado contexto, lixo, torna-se, noutro momento, mercadoria, que contém um trabalho materializado que será apropriado pela indústria mas não pago. Conforme Gonçalves, 2000, p. 204:

Neste contexto, o que nosso pobre trabalhador catador de papel/papelão está recolhendo nas ruas da cidade, não é um lixo, ou uma porção de quilos de um material qualquer, é trabalho humano socialmente utilizado e incorporado naquilo que ainda há pouco, dentro de um determinado contexto social, era mercadoria, por momentos foi lixo, e que a partir da apropriação feita pelo catador, que o levará para o depósito para trocar por dinheiro, um equivalente geral que poderá trocar por outras mercadorias, tornou-se novamente, no contexto dessa relação social mercadológica, uma mercadoria.

Ao encaminhar, então, o material recolhido para as indústrias, que farão com que o material passe por um processo de transformação que o recupere, teremos também recuperado o trabalho incorporado anteriormente nesse mesmo material, que agora poderá ser consumido novamente.

Toda essa ampla gama de relações permanece, porém, acomodada em umas das mais injustas relações, que é a que se estabelece entre os catadores e os outros agentes desse mercado.

A reciclagem, ou o mercado da reciclagem, acaba tendo, como principal fator de lucratividade, a exploração do trabalho e das condições de vida dos catadores, que muitas vezes não tem onde morar, o que comer ou mesmo o que vestir e que, no entanto, participa de um dos circuitos econômicos mais lucrativos da atualidade, e sem receber o mínimo necessário para a sua sobrevivência, ou mesmo reprodução enquanto ser humano. O que nos leva também a questionar o crescimento da reciclagem no Brasil como produto da consciência ambiental, já que, os maiores agentes desse processo são os catadores e não a população com consciência ambiental.

Segundo Gonçalves (2000), a valorização e o estímulo à reciclagem sem um olhar atento às condições socioeconômicas dos trabalhadores envolvidos, que nos permita enxergar sob que condições esse processo vem sendo conduzido, sobretudo com relação à exploração do trabalho, pode nos levar a acreditar no bem que isso traz à natureza e, portanto, esconder as mazelas aí existentes. Assim, longe de ser contra o reaproveitamento dos materiais, acreditamos que as bases sob as quais esse processo se finca devem ser reorganizadas, acabando com a exploração desumana que sofrem os catadores.

2.1 – Os depósitos de papel/papelão na cidade de Presidente Prudente

Na cidade de Presidente Prudente os trabalhadores que fazem a coleta do papel/papelão nas ruas utilizam um carrinho de mão para o transporte do material coletado até os depósitos. Estes trabalhadores fazem uma pré-seleção destes materiais antes de levá-los aos compradores.

A maioria dos trabalhadores faz a coleta na área comercial da cidade justamente onde há uma maior quantidade de materiais recicláveis, papel/papelão acumulado nas ruas. É nesta área também que se localiza a maior parte dos depósitos que compram o produto.

Esta área central é formada por lojas e supermercados, sendo lugar de consumo de várias mercadorias, que ao serem consumidas geram o lixo, que no caso do papel/papelão, e também de outros materiais, é recolhido pelos catadores para ser comercializado. Legaspe (1996, p.30), em estudo realizado em São Paulo sobre o tema, afirma o seguinte:

A cada período de atividade comercial o Centro apresenta um cenário próprio, desta mutiplicação de atividades surge uma cadeia de relações humanas intensa, entre o dia e a noite a vida e as relações se modificam e se transformam em palco das mais interessantes necessidades humanas impostas pelo capitalismo, que é o consumo, seja ele encontrado nos produtos vendidos nas lojas, ou em forma de bares e restaurantes com sua alimentação variada ou de divertimento como nos casos do nighth-clubs. O importante para nós é que o catador encontra em cada uma destas atividades sociais e econômicas o lixo específico de cada uma delas e que ele irá transformar em produto e depois em dinheiro para si, tornando prestável o imprestável, De concreto é que todas as atividades que existem no Centro são geradoras de lixo.

O centro da cidade se transforma, então, em local de concentração e de circulação dos catadores, que procuram, no menor tempo possível, coletar a maior quantidade de material para ser levado aos depósitos, havendo uma disputa nessa região central pelos lugares em que se concentre mais matéria.

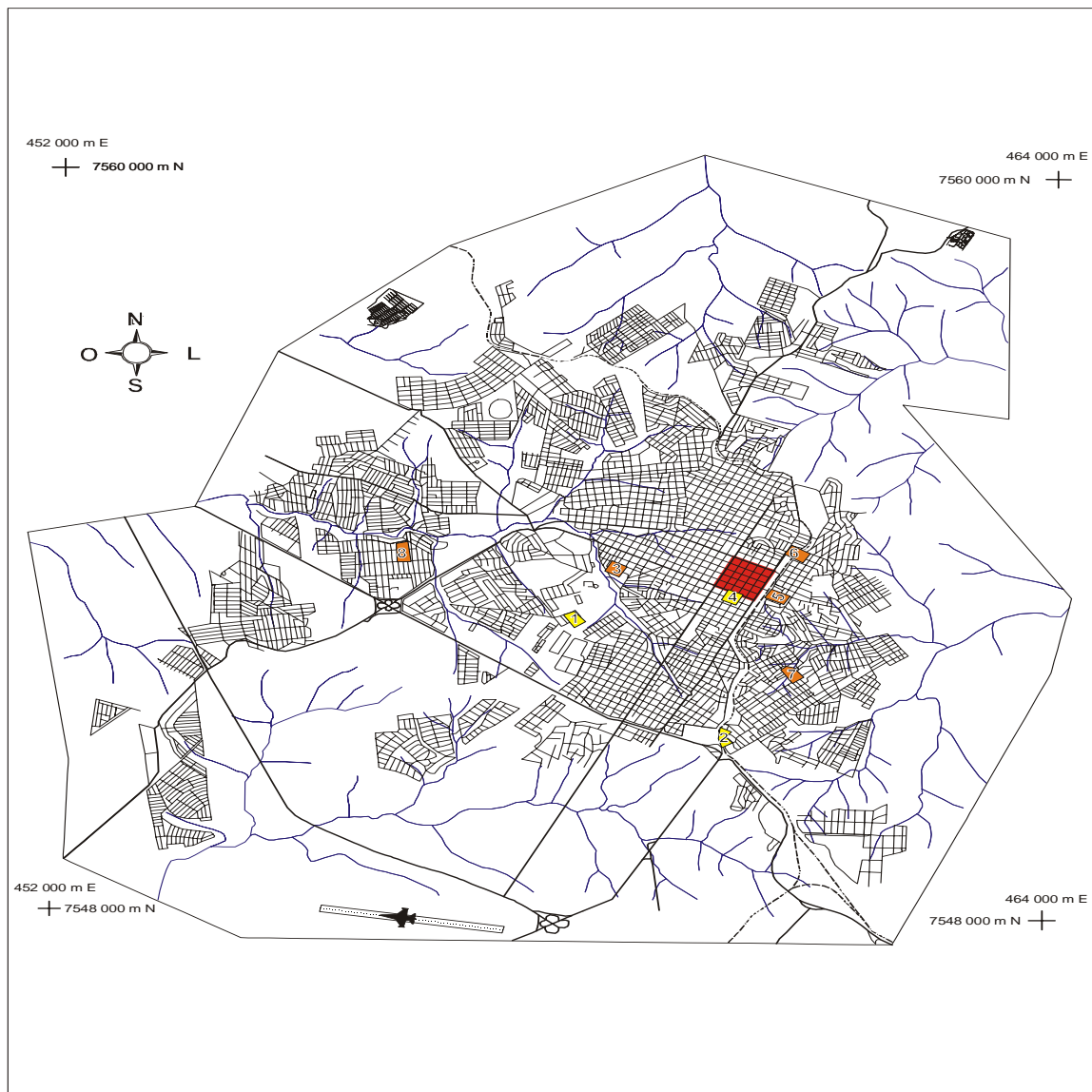
Essa disputa, no entanto, não se dá por brigas, mas por conservação de relações entre os catadores e parte dos lojistas, pois, alguns catadores têm lojas específicas que lhe dão o material.

Os trabalhadores que realizam esta coleta estão inseridos em um grande e complexo circuito econômico, o da reciclagem, que é formado pelos: catadores, pelos depósitos (que compram o produto coletado), pelos aparistas (que compram o material de vários depósitos e enfardam e os revende para a indústria de reciclagem de papel).

Apesar dos trabalhadores serem a base de toda a estrutura de reciclagem, e realizarem a parte mais “pesada” deste circuito, são eles, contraditoriamente, que ficam com a menor parte do rendimento proveniente do seu trabalho, vendendo o produto do seu trabalho para os depósitos de papel/papelão a um preço ínfimo.

Tendo como base os dados apresentados no relatório do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP “Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente”, 2002, Coordenado pelo Prof. Dr. Antônio César Leal, no qual foram mapeados 8 depósitos que compram papel/papelão dos catadores e dentre estes oito existem alguns que compram outros tipos de materiais recicláveis além de papel/papelão. Ver Mapa 1.

Em relação à localização, a grande maioria dos depósitos se encontra nas imediações do centro comercial da cidade, já que, neste setor, a quantidade de material é maior, e, por este motivo, acaba atraindo um maior número de catadores, o que facilita o armazenamento e o transporte do que é coletado pelos trabalhadores. (Ver Mapa 1).

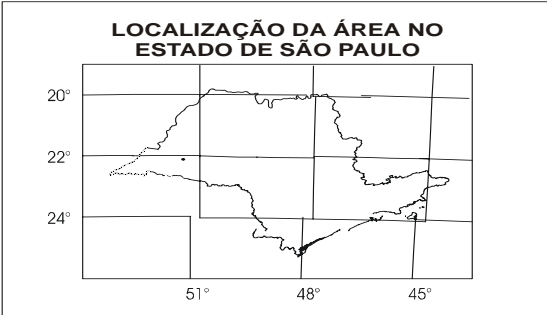


LEGENDA

- Depósitos de Papel/Papelão
- Depósitos de Papel/Papelão e Outros Resíduos
- Centro Comercial de Presidente Prudente

CONVENÇÕES

- Perímetro urbano
- Aeroporto
- Curso D'água



<p>Título:</p> <p>PRESIDENTE PRUDENTE LOCALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE PAPEL/PAPELÃO E OUTROS RESÍDUOS - 2001</p>		
<p>Escala:</p> <p style="text-align: center;">0 0,5 1 km</p> <p style="text-align: center;">Escala Gráfica</p> <p style="text-align: center;">Sistema de Projeção: UTM (Universal Transverso de Mercator) Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE) Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE) Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre Reedição: 2001</p>		
<p>Organização:</p> <p>Marcelino Andrade Gonçalves</p>	<p>Orientação:</p> <p>Antônio César Leal</p>	
<p>Fontes:</p> <p>- Trabalho de Campo Setembro/Outubro/ 2001</p>		
<p>Edição Gráfica</p> <p>Marcelino Andrade Gonçalves</p>		
<p>Data:</p> <p>2001</p>	<p>MAPA</p> <p style="text-align: center;">5</p>	<p>Página:</p>

A pesquisa citada demonstra que, ao serem questionados sobre o número de pessoas que trabalhavam no depósito, todos os proprietários fizeram questão de esclarecer que os catadores não possuem vínculos empregatícios com os depósitos, alegando que eles trabalham por conta própria e que são livres para comercializarem seu produto com quem oferecer o melhor preço; recebendo, portanto, somente por aquilo que conseguirem coletar.

Um fato que chama a atenção é o de que todos os depósitos visitados pagam o mesmo valor por quilo de papel/papelão coletados, ou seja, R\$ 0,06/Kg, o que tira do catador qualquer opção de agir conforme a “lei da oferta e da demanda”.

Tabela 1 – Valores pagos pelos compradores de papel/papelão (valores em R\$/Kg.)

	Bairro	Preço pago
Depósito 1 (R. Caetés)	Jd.Cinqüentenário	R\$ 0,06
Depósito 2 (R. Ângelo Alessi)	Jd. Planalto	Não informou
Depósito 3 (R. Maria da Glória)	Jd. Dos Pioneiros	R\$ 0,06
Depósito 4 (Av. Manoel Goulart)	Centro	R\$ 0,06
Depósito 5 (R. Floriano Peixoto)	Vila Marcondes	Não informou
Depósito 6 (R. Júlio Tiezzi)	Vila Goulart	R\$ 0,06
Depósito 7 (R. Miguel Fernandes)	Vila Brasil	Não informou
Depósito 8 (R. C. Karomoto)	Parque Cedral	R\$ 0,06

Fonte: Projeto Políticas Públicas: Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente/FAPESP/UNESP de Presidente Prudente, 2002.

As entrevistas realizadas com os catadores mostram que os donos de depósitos criaram uma outra forma para fazer com que os trabalhadores mantenham uma relação de monopólio, agindo da seguinte maneira: os donos dos depósitos “emprestam” os carrinhos para os trabalhadores; em troca, os trabalhadores têm que vender tudo que coletam exclusivamente para aquele depósito, fato já constatado em trabalho realizado por Gonçalves (2000).

Foto 01 - Depósito de Papelão situado à Av. Manoel Goulart Centro, Presidente Prudente – SP



Foto: Ricardo Bozza

Foto 02 - Depósito de Papelão situado à Rua Barão do Rio Branco – Centro, Presidente Prudente – SP



Foto: Ricardo Bozza

Outro meio utilizado pelos proprietários dos depósitos para manter o preço pago aos catadores é a concorrência de mercado, já que, além de comprarem o papel/papelão dos catadores, eles também o fazem de particulares e de empresas; criando para os trabalhadores, a impressão de que o trabalho deles é “descartável”, e ainda pesa o fato deste grupo de trabalhadores, por várias determinantes, ser completamente desarticulado e desorganizado, sendo no momento, ainda, incapaz de se mobilizar contra tal situação.

Assim, sem nenhuma forma de organização, agindo individualmente, muitas vezes concorrendo entre si, os trabalhadores catadores se tornam vítimas fáceis às ações dos proprietários de depósitos.

A maior prova dessa situação, além de tudo que aqui mostramos e discutimos, é que o trabalhador catador não consegue auferir ao material coletado o preço que ele acha justo. O preço pelo material é determinado pelos donos dos depósitos que calculam seus lucros, procurando sempre aumentá-los, com base na baixa dos preços pagos aos catadores, pelo material.

Um outro fator é que os materiais recicláveis têm se tornado meio de vida de várias outras pessoas. A miséria econômica e social pela qual passamos no Brasil, leva muitas pessoas a se envolverem, mesmo que em um pequeno espaço de tempo durante o dia, na coleta desse tipo de material, muita gente além do salário que recebe, que diga-se de passagem é o pior do mundo, tem que buscar outras fontes de renda.

O aumento da demanda pelos recicláveis contribui para que as empresas e particulares que, antes jogavam no lixo o material de embalagens ou sobras de produção, passassem a guardá-las para revendê-las posteriormente.

Esse fato tem complicado ainda mais a situação dos trabalhadores catadores, que ainda sobrevivem de pequenos ganhos obtidos com material coletado e que têm uma situação cada vez mais complexa, já que começam a sofrer a concorrência, de outras pessoas que, percebendo uma possibilidade de lucro maior e tendo a disponibilidade de um capital para investir, começam a fazer o trabalho utilizarem-se de automóveis (fato constatado em trabalho de campo).

E outros que, como eles mesmos, sem terem outra opção de trabalho, aumentam o número de trabalhadores em um mercado que tende a jogar cada vez menos “lixo” fora .

Tabela 2 – Outras fontes para compra do papel/papelão pelos depósitos além dos catadores.

	Bairro	Origem do papel/papelão
Depósito 1 (R. Caetés)	Jd.Cinqüentenário	Empresas e particulares
Depósito 2 (R. Ângelo Alessi)	Jd. Planalto	Particulares
Depósito 3 (R. Maria da Glória)	Jd. Dos Pioneiros	Particulares
Depósito 4 (Av. Manoel Goulart)	Centro	Empresas e particulares
Depósito 5 (R. Floriano Peixoto)	Vila Marcondes	Empresas e particulares
Depósito 6 (R. Júlio Tiezzi)	Vila Goulart	Particulares
Depósito 7 (R. Miguel Fernandes)	Vila Brasil	Particulares
Depósito 8 (R. C. karomoto)	Parque Cedral	Particulares

Fonte: Projeto Políticas Públicas: Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente/FAPESP/UNESP de Presidente Prudente, 2002.

A tabela 3 mostra a quantidade em média/mês comprada por cada depósito, não fazendo, para tanto, a distinção entre a quantidade comprada dos catadores e a comprada diretamente de indústrias e de particulares.

Segundo relatos dos proprietários dos depósitos, a grande maioria do material que adquirem provém do trabalho dos catadores; sendo que o número de trabalhadores é variável de acordo com o porte dos depósitos; e não raramente um mesmo trabalhador que possui o seu carrinho, comercializa com mais de um depósito, de acordo com a sua conveniência.

E como vemos também na Tabela 3, o material vindo de outras fontes é também considerável; e como já comentamos anteriormente, isso se deve ao fato de que a valorização, o preço pago pelos materiais e a necessidade de grande parte da população de aumentar as suas rendas levam a juntar e vender o material produzido em suas casas.

Aqui, mais uma vez, voltamos a afirmar que o crescimento da reciclagem no Brasil pouco tem a ver com a consciência ecológica e o bem da reciclagem para o meio ambiente: tudo está voltado para a procura de rendimentos, logicamente em escalas variadas.

Tabela 3 – Origem e quantidade do papel/papelão comprado.

Depósitos	Origem	Quantidade (Toneladas)
Dep. 1	comercial; domiciliar; industrial; lixão	80 Ton. De papel/papelão mês
Dep. 2	comercial; domiciliar;	50 Ton. De papel/papelão mês
Dep.3	Comercial	30 Ton. De papel/papelão mês
Dep. 4	comercial; domiciliar; industrial; lixão	500 Ton. De papel/papelão mês
Dep. 5	comercial; domiciliar	60 Ton. De papel/papelão mês
Dep. 6	comercial; domiciliar	40 Ton. De papel/papelão mês
Dep. 7	comercial; domiciliar	2 Ton. De papel/papelão mês
Dep. 8	comercial; domiciliar	5 Ton. De papel/papelão mês
Total		767 Ton. De papel/papelão mês

Fonte: Projeto Políticas Públicas: Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente/FAPESP/UNESP de Presidente Prudente, 2002.

Através da tabela 3 é possível verificar ainda que, somente dois, em um universo de oito depósitos, compram o papel/papelão no lixão e em indústrias. Os demais têm como principal fonte residências e comércio; sendo o principal elo de ligação entre os fornecedores e os depósitos, os trabalhadores coletores, que percorrem diariamente grandes distâncias, puxando um carrinho, a fim de localizar e coletar a maior quantidade possível de papel/papelão .

Segundo os proprietários dos depósitos, todo o papel/papelão coletado é destinado para a reciclagem. São, no total, aproximadamente 776 toneladas de papel/papelão por mês. Este material é acumulado e repassado para outros depósitos maiores, para os aparistas, ou, dependendo da quantidade, diretamente para as indústrias de reciclagem.

Aqui podemos ver que o tamanho do depósito é que vai fazer com que ele estabeleça diretamente o contato com a indústria recicladora. Como vimos, pode haver comércio entre depósitos, para que possam juntar uma quantidade de material que atraia a indústria para buscá-lo, já que se necessita de um grande lote para fazer valer o transporte do material.

Tabela 4 – Destino do papel/papelão coletado e valor pago por Kg.

DEPÓSITOS	DESTINO	VALOR RECEBIDO POR Kg.
Depósito 1	reciclagem	R\$ 0,12
Depósito 2	reciclagem	R\$ 0,10
Depósito 3	reciclagem	R\$ 0,12
Depósito 4	reciclagem	R\$ 0,12
Depósito 5	reciclagem	R\$ 0,10
Depósito 6	reciclagem	Não informou
Depósito 7	reciclagem	R\$ 0,07
Depósito 8	reciclagem	Não informou

Fonte: Projeto Políticas Públicas: Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente/FAPESP/UNESP de Presidente Prudente, 2002.

Analisando-se a tabela 4 nota-se que há uma variação do valor que recebem os depósitos ao venderem o papel/papelão. Isso se deve ao fato de que alguns deles, justamente os que auferem menor preço, não trabalham somente com o papel/papelão; juntando também outros tipos de recicláveis. Não conseguindo assim, acumular uma quantidade de material suficiente para oferecer às indústrias recicladoras, ou mesmos aos aparistas, que só compram o material a partir de uma determinada quantidade. Assim, resta a esses depósitos menores, repassarem o material para os depósitos maiores, que acumulam grandes quantidades e depois repassam ao preço de R\$ 0,12/Kg para as indústrias. Como se vê, esse valor é o dobro do que é pago para os trabalhadores que realizam a coleta, que recebem somente R\$ 0,06/Kg.

O que se nota é que as grandes empresas que realizam a reciclagem ou a compra de matérias para a posterior revenda, só o fazem a partir de uma determinada quantidade de produtos, que é de aproximadamente 35 toneladas, como justificativa para o gasto com o transporte. Caracterizando, assim, de certa forma, uma certa monopolização, de alguns depósitos diretamente com os compradores que ocupam outra esfera da cadeia da reciclagem.

Os proprietários dos depósitos, ao serem indagados sobre os trabalhadores, deixam claro que não possuem nenhum vínculo com os catadores. Porém admitem que mantêm empregados em atividades dentro do depósito,

trabalhando com a separação do material, pesagem, enfardamento, etc, alguns trabalhadores com vínculo formal de trabalho e outros sem o registro³.

Essa situação de informalidade no trabalho deixa os trabalhadores catadores em uma condição muito difícil, pois, mesmo trabalhando em condições pouco saudáveis, não possui nenhum tipo de seguridade. Com isso se ele vier a sofrer algum tipo de acidente no seu trabalho, ou mesmo fora dele, provavelmente não terá como sobreviver, a não ser das esmolas. Essa situação não é rara, muitos desses trabalhadores, ao adoecerem, ficam ao sabor da própria sorte, que como sabemos é nenhuma.

Nesse aspecto, a informalidade do trabalho é um agravante sem limites de uma situação já desesperadora. De acordo com Legaspe (1996, p.82)

A lógica do mundo da economia informal é estratificar os catadores em categorias, com as devidas especializações, para manter o controle sobre todas as etapas da reciclagem. Essa divisão do trabalho em categorias possibilita controlá-los e diferenciá-los na sua natureza de trabalhadores alienados da estrutura de produção como um todo, permitindo arrancar-lhes da vida tudo, tudo mesmo. Quando não mais produzirem serão, então, transformados em lixo humano, e passarão a vaguear pelas cidades semi nus, cheirando a lixo, parecendo lixo, vestindo lixo, comendo e se nutrindo de lixo, tratados como lixo.

A informalidade no trabalho como catador comparece, então, como um elemento que degrada ainda mais as condições de vida das pessoas envolvidas nesta atividade. Como vemos a informalidade⁴ não permitirá a esses trabalhadores acessar serviços básicos oferecidos pelos governos. De acordo com Gonçalves (2000, p.182)

A informalidade presente nas relações de trabalho entre os catadores e os seu empregadores, os donos dos depósitos, é mais um agravante da péssima situação socioeconômica em que estes se encontram, permitindo-nos apontar para os diferentes níveis de precariedade social, econômica e de trabalho dentro do rol de atividades que possam ser enquadradas como informais, pois, como vimos, a informalidade para

³ Com relação aos que disseram estar registrados, não foi possível comprovar a veracidade da informação.

⁴ As obras consultadas e que fizeram referência ao surgimento das pesquisas e dos termos que dizem respeito ao tema da informalidade, afirmam que o início destes estudos deu-se por volta de 1970 na África, estimulados e financiados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

outros grupos de trabalhadores, como os camelôs, pode ser a forma encontrada para melhores ganhos no trabalho, enquanto que para os catadores de papel/papelão esta situação é mais um agravante da sua já precária situação.

Estando na informalidade, não há como esse grupo de trabalhadores conseguirem uma aposentadoria, por exemplo. Não há também, sem ter um registro formal de trabalho, como acessar seguros de saúde; o que permitiria ao trabalhador continuar recebendo algum rendimento, caso sofra algum acidente.

Tabela 5 – Número de pessoas que trabalham no depósito.

Depósitos	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Depósito 1 (R. Caetés)	6	-	-	6
Depósito 2 (R. Ângelo Alessi)	3	-	-	3
Depósito 3 (R. Maria da Glória)	1	2	-	3
Depósito 4 (Av. Manoel Goulart)	4	-	-	4
Depósito 5 (R. Salvador Zangari)	2	2	-	4
Depósito 6 (R. Júlio Tiezzi)	4	2	-	6
Depósito 7 (R. Miguel Fernandes)	2	1	-	3
Depósito 8 (R. C. karomoto - M.Alto)	<i>não especificado</i>			4
Total				33

Fonte: Projeto Políticas Públicas: Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente/FAPESP/UNESP de Presidente Prudente, 2002.

Segundo o relatório do Projeto Políticas Públicas, o número de catadores que estão diretamente “vinculados” aos depósitos é de 33 pessoas, em sua grande maioria do sexo masculino.

Durante todas as visitas realizadas pelos pesquisadores, os proprietários dos depósitos alegaram que nenhuma criança estava sendo empregada como mão-de-obra dentro dos depósitos, fato que foi corroborado pelos pesquisadores que em nenhum momento encontraram indícios que estava sendo utilizada mão-de-obra infantil.

Os trabalhadores do sexo feminino são em um número bastante menor. Exercem, segundo elas próprias, as mesmas funções executadas pelos homens,

sem que haja distinção, recebendo como pagamento todos eles, homens e mulheres, um salário mínimo por mês de trabalho.

O trabalho das mulheres, nesse contexto, é dificultado, sobretudo, pela força física que é necessária para que se tenha um bom rendimento nessa atividade; geralmente os carrinhos são bastante pesados, já que, para conseguir um ganho mínimo é necessário carregar um grande peso. Assim, o trabalho que é penoso para os homens é ainda mais árduo para as mulheres, no sentido da debilidade física que atinge a todos os trabalhadores, tanto homens como mulheres.

Em seu estudo realizado em São Paulo Luciano Legaspe (1996, p.90) afirma que: “A força física para o trabalho é determinante neste caso, e é pela falta dela que podemos garantir que as mulheres e os homens mais fracos são desprovidos de carrinhos”.

Com relação aos depósitos, outro fator que chama atenção é que nenhum dos trabalhadores que ali realizam suas atividades faz uso de qualquer equipamento de proteção, como: luvas, botas ou mascaras apropriadas, e, em geral trabalham com roupas curtas, a fim de minimizar o calor que faz dentro dos depósitos; o que agrava ainda mais a situação, já que ficam diretamente em contato com o material recolhido.

Os proprietários de depósitos, ao serem questionados sobre a fiscalização, alegaram que recebem com freqüência a visita de fiscais da Prefeitura e que jamais foram alvos de multas ou qualquer outro tipo de sanção, e que estas fiscalizações tem como objetivo verificar as condições de funcionamento e segurança do local.

Os pesquisadores constataram ainda que os locais armazenam uma imensa quantidade de material de fácil combustão, e em nenhum deles foi avistado nenhum extintor de incêndio. Não podem, portanto, de maneira alguma estar dentro das normas de segurança, nem mesmos as mínimas. Outro fato que torna o local ainda mais perigoso é que alguns deles são feitos ou possuem divisórias de madeira.

Ainda segundo a pesquisa, quando questionados sobre se havia algum tipo cadastro dos catadores, os proprietários dos depósitos disseram que não

possuíam cadastro dos trabalhadores, já que não possuíam vínculos, e que só poderiam informar a quantidade de trabalhadores dos quais adquiriam o material.

Tabela 6 – Número de catadores que trabalham na coleta na rua e entregam nos depósitos.

DEPÓSITOS	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	TOTAL
Depósito 1	0	0	0	0
Depósito 2	12	2	0	14
Depósito 3	-	-	-	10
Depósito 4	12	2	-	14
Depósito 5	2	1	-	3
Depósito 6	3	-	-	3
Depósito 7	2	1	-	3
Depósito 8	<i>Não soube informar</i>			
TOTAL GERAL	47 CATADORES			

Fonte: Projeto Políticas Públicas: Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Presidente Prudente/FAPESP/UNESP de Presidente Prudente, 2002.

Nota-se que, ao fazer a soma da quantidade de trabalhadores informados pelos donos de depósitos, conforme a Tabela 6, teremos um total de 47 pessoas trabalhando como catadores, desse total, seis são mulheres. Os proprietários de depósitos informaram que existe uma rotação constante entre os trabalhadores, e que poucos continuam trabalhando por mais tempo; ficando em algumas vezes nesta atividade somente até conseguirem uma outra fonte de renda ou conseguir uma quantia mínima de dinheiro que o possibilite ir para outro lugar.

A descrição anterior, da situação dos depósitos da cidade de Presidente Prudente nos permitirá, no próximo sub-capítulo, discutir a questão dos trabalhadores catadores de papel/papelão.

2.2 Os trabalhadores catadores de papel/papelão em Presidente Prudente

Na cidade de Presidente Prudente a realização do trabalho dos catadores é extremamente desgastante, já que, dependem de um grande esforço físico para a realização do seu serviço, que consiste basicamente em puxar um carrinho de mão que utilizam como meio de transporte do material que coletam até os

depósitos; além do fato de terem que percorrer, diariamente, grandes distâncias, tentando coletar a maior quantidade possível de material, para que, no final de cada dia, possa ter um maior rendimento (foto 03) .

Foto 03 - Trabalhador empurrando o carrinho no Centro de Presidente Prudente



Foto: Ricardo Bozza

No trabalho de campo realizado na cidade de Presidente Prudente, foram aplicados um total de 16 questionários a fim de se fazer um levantamento das condições socioeconômicas dos trabalhadores. Chama a atenção o fato de haver um número bastante superior de homens exercendo esta atividade, sendo que nesta pesquisa, não há nenhuma entrevista com mulheres que exercem a atividade. Porém, registra-se o fato de que elas existem, conforme foi apontado anteriormente.

É notório que o motivo que faz com que a atividade seja exercida em sua grande maioria, por homens, é o fato de que o trabalho exige muito da capacidade física, já que puxar um carrinho carregado, por uma longa jornada de trabalho, pelas ruas da cidade, exige um grande esforço físico. Além do fato de as mulheres verem, em outras atividades remuneradas, melhores oportunidades de trabalho, como, por exemplo, a atividade de empregada doméstica. Vale ressaltar o fato de

a maioria dos entrevistados citarem, sistematicamente, a seguinte expressão: “esse trabalho é nossa única opção”, o que nos leva à reflexão sobre as condições das relações atuais de trabalho colocadas em nosso país, que é cada vez mais excludente com relação às questões relacionadas à escolaridade e às oportunidades.

Analisando a Tabela 7, a seguir se verifica que a maioria dos trabalhadores (56,25%), responderam que obtém um ganho mensal menor que um salário mínimo, ou seja, em torno de R\$ 80,00 a R\$ 200,00 reais mensais, o que equivale a 1.600Kg a 3.330 Kg de papel/papelão por mês.

Estes ganhos geralmente não são suficientes para garantir uma sobrevivência destes trabalhadores, o que faz com que as condições materiais de vida sejam bastante precárias não permitindo, muitas vezes, nem mesmo que estes trabalhadores tenham uma alimentação condizente com o esforço físico que realizam. Muitas vezes, então, os trabalhadores padecem de doenças e de deficiências alimentares que levam à degradação física destes homens e mulheres, como podemos ver na tabela 7.

Tabela 7 – Ganhos mensais dos trabalhadores catadores de papel/papelão em Presidente Prudente

Composição	Número Correspondente	% do total
Menos que 1 salário mínimo	09	56,25
Entre 1 e 2 salários mínimos	07	43,75
Total	16	100

Fonte: Pesquisa aplicada. Organizada pelo autor

Dos entrevistados, 43,75% disseram obter um ganho mensal que gira entre um e dois salários mínimos, equivalente a R\$ 200,00 e R\$ 400,00 reais mensais. Vale ressaltar que a maioria destes trabalhadores esta mais próxima do menor valor.

Importante destacar que esses dados são valores apresentados pelos catadores. E ainda lembrar que, como não possuem vínculo empregatício, fazem um calculo inexato sobre a quantia que recebem. Portanto, os dados podem não estar totalmente corretos.

Os donos de depósitos utilizam dois meios de pagamentos, que variam de acordo com o depósito: o primeiro é o pagamento à vista, no ato da entrega do material e, o outro, é um sistema de “vales”, que são emitidos pelos donos de depósitos aos trabalhadores, que os acumulam e recebem o total de uma só vez, no final de cada semana.

Em relação ao circuito de coleta dos trabalhadores se nota que não há nada que seja rigidamente definido, mas sim uma preferência de cada catador por determinadas áreas de coleta em que há um acúmulo maior de papelão, como, por exemplo, a região central da cidade ou próxima a supermercados.

Portanto, o centro comercial da cidade é o local de maior concentração de catadores de papel/papelão que coletam diariamente todo o material que é colocado “para fora” pelos lojistas (foto 04). Segundo informações levantadas junto aos catadores nas entrevistas, a quantidade de embalagens de papelão encontradas cresce substancialmente nos períodos de maior movimentação no comércio. O que remete ao fato, também de os ganhos dos catadores estarem atrelados a outras determinações que não apenas o seu próprio trabalho.

Foto 04 – Catador recolhendo papelão no Centro, Presidente Prudente – SP.



Foto: Ricardo Bozza

Os catadores afirmam ainda que não há demarcação de um território de coleta reservado a cada catador. Há entre eles uma espécie de acordo informal no

qual cada catador deve evitar coletar o material de lojas em que um determinado catador esteja habituado a fazer a coleta.

A questão da divisão das áreas de trabalhos entre os catadores acaba ocorrendo por razões práticas, já que o centro da cidade já possui um grande número de trabalhadores e os que começam a exercer a atividade se vêm obrigados a recorrer a áreas próximas ao centro ou a outras áreas da cidade, como afirma também Gonçalves (2000).

Aqueles que, por opção ou por falta desta, recorrem a áreas mais distantes do centro, tem como fonte de coleta os mais diversos pontos como, por exemplo, supermercados, pequenas fábricas, domicílios, construções, etc; e, como todos os outros, são obrigados a percorrerem grandes distâncias diariamente, até que consigam completar a carga do seu carrinho para, só então, retornarem aos depósitos. Segundo Gonçalves (2000, p.191):

É neste movimento de circulação entre os lugares onde encontram o papel/papelão e de retorno ao depósito, que os trabalhadores catadores encontram uma das maiores dificuldades, que são primeiramente de ordem física, pois o esforço para conduzir pelas ruas uma grande quantidade de papelão é enorme, e por muitas vezes a reposição da energia depreendida não ocorre na mesma proporção. Outra dificuldade é encontrada no conflito estabelecido entre catadores e seus carrinhos e os automóveis que circulam pelas ruas da cidade, pois os catadores são acusados de atrapalhar o trânsito. São muitas vezes xingados e maltratados até saírem do caminho.

É importante ressaltar que o ato de ter que buscar o papel/papelão em vários pontos da cidade é o que torna o trabalho extremamente desgastante, vez que, durante a sua jornada diária de trabalho, os catadores realizam longas caminhadas, sempre puxando um carrinho de mão. O que faz com que gastem uma grande quantidade de energia, que no final do dia, nem sempre é repostada na mesma proporção, haja vista que a quantidade de dinheiro que conseguem com o seu trabalho é bastante baixa. Fato que torna a sua sobrevivência cada vez mais difícil.

Outra questão que chama a atenção é o fato de parte destes trabalhadores não possuírem nenhum tipo de moradia: cinco deles moram no próprio depósito, dormindo juntamente com o material que é coletado diariamente, local que não

apresentam qualquer condição de habitação e que faz com que estes trabalhadores fiquem completamente a mercê dos problemas mais diversos, convivendo com ratos e todo tipo de insetos. O nível de exclusão dos trabalhadores nesta condição é muito grande, já que estão à margem do mercado de trabalho formal, geralmente não possuindo nenhum tipo de moradia e sem nenhum tipo de documentos, o que os deixa na condição de indigência.

Dessa forma, os trabalhadores que coletam papel/papelão na cidade de Presidente Prudente, em sua grande parte, não manifestam muita esperança de melhorar a sua condição de vida, visto que as condições atuais nas quais sobrevivem não lhes dá muitas perspectivas positivas em relação ao futuro.

Durante a realização das entrevistas, todos afirmaram que a única maneira de melhorar as suas próprias condições de vida estava diretamente ligadas ao fato de encontrarem um emprego formal, com um salário mensal. O que, segundo eles, representaria uma saída para a maioria dos seus problemas. Porém, os mesmos acreditam que isso não vá acontecer visto que atualmente o mercado de trabalho esta cada vez mais seletivo e o desemprego crescente.

Assim, para os trabalhadores catadores, esse tipo de trabalho não representa a perspectiva de um futuro melhor, vêem tão somente como possibilidade de saírem da condição de miserabilidade atual o trabalho formal e o salário. Essa idéia, a princípio, pode parecer contraditória, já que o salário mínimo brasileiro está entre os piores do mundo.

No entanto, a condição de extrema miséria destes trabalhadores faz com que imaginem, a partir de suas condições atuais, uma melhora considerável se recebessem um salário que lhes garantissem a possibilidade de uma vida melhor, mesmo que seja a de se alimentar melhor. Apesar disso, das condições péssimas de trabalho, os catadores dizem que seu trabalho é importante e recorrem a idéia de que o trabalho, mesmo nessas condições é importante. (Gonçalves, 2000).

Quanto à formação educacional, a pesquisa de campo apresenta um quadro de baixa formação escolar dos catadores de papel/papelão, conforme demonstra a tabela 6, pois 31,25% dos entrevistados disseram ser analfabetos e 31,25% cursaram entre o 1º e o 4º ano do ensino básico; dominando, com certa deficiência, a escrita e a leitura.

O que podemos constatar é que, mesmo tendo como perspectiva de melhora de vida um trabalho formal, a exclusão social, que tem sua face na baixa escolaridade desses trabalhadores, não permitirá que consigam alcançar o objetivo desejado, que é o de encontrar um trabalho formalizado e que lhes confira uma melhoria nas condições materiais de vida e de trabalho.

Contudo, todos eles fizeram questão de deixar claro que não possuem nenhuma dificuldade em fazer as contas de quanto têm para receber por cada carga que entregam nos depósitos.

Os demais trabalhadores entrevistados, 37,50%, o que representa um número relativamente considerável, levando-se em conta o universo de entrevistados, têm grau de escolaridade que varia entre a quinta e a oitava série do ensino básico.

Tabela 8 – Grau de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.

Categorias	Número Correspondente	Percentual em Relação ao total
Analfabeto	05	31,25
1ª a 4ª série do ensino básico	05	31,25
5ª a 8ª série do ensino básico	06	37,50
Total	16	100

Fonte: Pesquisa aplicada. Organizada pelo autor

Este dado mostra que, diferentemente do que se pode supor a princípio, o trabalho de catadores não está restrito a analfabetos, e demonstra claramente a crescente exclusão, do mercado de trabalho formal, de uma parcela dos trabalhadores que possuem baixa escolaridade e pouca experiência profissional.

Questionados sobre as experiências profissionais anteriores, 81,25% dos trabalhadores, ou seja, 13 deles, disseram que antes atuavam nas profissões mais diversas, como: pedreiro, carpinteiro, técnico em telefonia, mecânico, segurança, etc. O demais, 18,75%, é composto pelos que nunca tiveram outra ocupação e os que eram trabalhadores rurais.

A questão da idade avançada (Tabela 9), conjuntamente com problemas de saúde, segundo os trabalhadores catadores entrevistados em Presidente Prudente, dificulta a sua inserção no mercado de trabalho formal, o que os leva a crer não estarem mais aptos a exercer outra atividade que não seja a coleta, que

segundo eles, é uma atividade que não tem “patrão” e que sempre há quem queira comprar o produto do seu trabalho.

O fato de 43,75% dos trabalhadores estar em uma faixa etária acima de cinquenta anos, comprova o porquê do pensamento sobre a questão da idade ser um empecilho àqueles que querem mudar de atividade.

Tabela 9 – Faixa etária dos trabalhadores entrevistados.

Idade	Número Correspondente	Porcentagem em Relação ao total
21 a 30 anos	02	12,50
31 a 40 anos	04	25,00
41 a 50 anos	03	18,75
51 a 60 anos	04	25,00
Mais de 60 anos	03	18,75
Total	16	100

Fonte: Pesquisa aplicada. Organizada pelo autor

Dentre os entrevistados, nenhum deles que já atingiram idade para estarem aposentados, tinham o benefício da previdência. O que revela uma face mais dura dessa forma de exclusão, pois, com a idade avançada, as forças físicas tendem a se perder, e, com ela, a possibilidade de realização desse trabalho; o que, fatalmente, levará esses trabalhadores à mendicância.

Os demais trabalhadores, que estão na faixa etária entre 21 e 40 anos, somando, 37,50% dos entrevistados, apontam a falta de formação profissional como o maior empecilho para conseguirem um emprego formal. Dentro desta faixa etária estão a maioria dos trabalhadores que afirmaram não possuir família (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de membros na família.

Composição familiar	Número	Percentual do total
Sem família	06	37,50
De 1 a 5 membros	08	50,00
De 5 a 8 membros	01	6,25
Mais de 8 membros	01	6,25
Total	16	100

Fonte: Pesquisa aplicada. Organizada pelo autor

Devido às respostas dos entrevistados serem bastante diversificadas, os separamos em quatro grupos, dos quais se destacam, numericamente, os sem família, que somam 37,50% do total de entrevistados e os com o número máximo de cinco membros, que perfazem 50,00% dos entrevistados.

Isso nos leva a considerar o nível de exclusão social e econômica, é certo que todas essas precárias condições de trabalho e de renda refletem na composição familiar dos trabalhadores, ou mesmo na não existência de família, o que prejudica a sociabilidade dos catadores.

O rendimento que eles tem certamente não possibilita o sustento de uma família, nem mesmo de um indivíduo. Não precisamos realizar nenhum estudo mais aprofundado para sabermos que as condições materiais que podem ser consumidas por estes trabalhadores não satisfazem as mínimas necessidades.

A grande maioria dos que alegaram não ter família é composta por indivíduos que migraram de outras localidades e que vieram para a cidade em busca de oportunidades de empregos, e que por não conseguirem colocação em outra atividade, acabam trabalhando como catadores de papel/papelão; muitas vezes essa passa a ser a atividade que ocupam até ter suas forças físicas esvaídas.

O capítulo que apresentamos tem por finalidade descrever em linhas gerais o quadro socioeconômicos dos catadores de papel/papelão na cidade de Presidente Prudente, procurando expor algumas das dificuldades encontradas pelos mesmos para a realização de sua atividade, enfocando as implicações econômicas que dominam o mercado da reciclagem de papel/papelão e que utilizam/exploram os catadores como principal fonte de lucros.

CONCLUSÃO

A partir desse estudo, concluímos que a situação dos trabalhadores catadores de papel/papelão da cidade de Presidente Prudente é extremamente precária, que estes estão sujeitos diariamente a um intenso e árduo trabalho, que não lhes traz uma recompensa financeira na mesma proporção em que se dá o seu trabalho, e muito menos lhes dá a possibilidade de ter uma condição de vida razoável.

Esses trabalhadores, apesar de fazerem parte de um circuito econômico extremamente rentável, como é o da reciclagem, estão à margem da sociedade; muitos não possuem habitação ou mesmo documentos, vivendo muitas vezes à beira da indigência.

Fica claro, na pesquisa, que os trabalhadores que estão nesta situação, só o estão por falta de opção ou de condições de conseguirem uma vaga no mercado de trabalho formal, condição que se reforça na própria situação de exclusão desses catadores, que muitas vezes são considerados, em uma leitura simplista, culpados pela própria situação, quando sabemos que esse fato é gerado dentro do próprio sistema de produção, que não permite a maior parte da classe trabalhadora sobreviver, ou mesmo se reproduzir, com a venda da sua força de trabalho.

Uma mudança nas condições de vida desses trabalhadores seria possível através da organização dos mesmos em cooperativas, nas quais os trabalhadores possam comercializar a sua produção sem a interferência de “atravessadores”. Porém, dada a total falta de organização da categoria, ao nosso ver, tal situação só seria possível através da implantação de Políticas Públicas que pudessem impulsionar esta forma de organização da coleta e revenda do material.

Afirmamos que sem uma intervenção do poder público e demais interessados, de forma organizada, não será possível reverter essa situação de precarização do trabalho e das condições de vida dessas pessoas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Itambé, 1960.

GONÇALVES, M. A. **A territorialização do trabalho informal**: os camelôs e os catadores de papel/papelão em Presidente Prudente – SP. Dissertação de Mestrado. Unesp/Presidente Prudente-SP, 2000.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Laboratório de Geografia Urbana. Depto. de Geografia (FFLCH/ USP), Cadernos no LABUR, n.2, 1999.

LEAL A. C. Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Organização dos Trabalhadores no Lixo de Pres. Prudente/FAPESP/UNESP de Pres. Prudente, 2002. mimeo.

LEGASPE, L. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo**. Dissertação de Mestrado. FFCL/USP/ São Paulo-SP, 1996.

LAFARGUE, P. **O direito a preguiça** / introdução de Marilena Chauí. – São Paulo: Hucitec/UNESP, 1999.

MARTINS, A. L. **Fundamentos da economia política marxista** – João Pessoa, Imprell, 1998.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1998.